

Descolonizando o planejamento para a proteção socioambiental: uma experiência na periferia de Fortaleza, Brasil

Descolonizar la planificación para la protección socioambiental:
una experiencia en la periferia de Fortaleza, Brasil

Décoloniser la planification pour la protection socio-environnementale:
une expérience dans la périphérie de Fortaleza, Brésil

Decolonizing planning for socio-environmental protection:
an experience on the outskirts of Fortaleza, Brazil

Fuente: Autoría propia

Autoras

Naggila Taissa Silva Frota

Universidade Federal do Ceará e
Universidade de Fortaleza
naggilafrota@arquitetura.ufc.br
<https://orcid.org/0000-0001-7508-6417>

Clarissa Figueiredo
Sampaio Freitas

Universidade Federal do Ceará
clarissa@arquitetura.ufc.br
<https://orcid.org/0000-0001-9268-5745>

Recibido: 29/02/2024
Aprobado: 22/08/2024

Silva Frota, N.T., Sampaio Freitas, C.F., (2024). Descolonizando o planejamento para a proteção socioambiental: uma experiência na periferia de Fortaleza, Brasil. *Bitácora Urbano Territorial*, 34(II): 89-100. <https://doi.org/10.15446/bitacora.v34n2.113265>

[1] Este artigo é resultado da pesquisa intitulada Urbanização de assentamentos informais em contexto de mudanças climáticas: reconhecendo convergências socioambientais, coordenada pela Prof. Clarissa Freitas com financiamento da Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa

Resumo

Nas metrópoles do Sul Global, a adoção de conceitos estrangeiros de desenvolvimento urbano legitimou a proteção dos interesses das elites locais na produção do espaço, submetendo grupos vulnerabilizados a condições socioambientais adversas. No Brasil, as práticas hegemônicas/colonizadas de planejamento urbano têm produzido um modelo de urbanização precária e informal associado à degradação dos ecossistemas localizados nas periferias das grandes cidades. Este artigo tem o objetivo de refletir sobre as práticas de movimentos de base que questionam a racionalidade dominante do planejamento moderno e tecnocrático. O caso da Lagoa da Viúva em Fortaleza, Ceará, demonstra o papel do ativismo comunitário em informar um paradigma de planejamento renovado que responde às demandas socioambientais da população subalternizada. Iniciativas de extensão universitária realizadas junto aos moradores politicamente mobilizados possibilitaram o acesso a documentos e depoimentos sobre as disputas em torno de uma das últimas áreas ambientalmente relevantes ainda preservadas na periferia. A pesquisa-ação prolongada em território invisibilizado permitiu identificar as estratégias dos grupos subalternizados de questionamento da racionalidade dominante do planejamento urbano

que insiste no distanciamento do ser humano com a natureza. A este alargamento da imaginação sobre o futuro dos territórios periféricos, vinculado a episódios de desobediências epistêmicas, denominamos de descolonização do planejamento urbano.

Palavras-Chave: planejamento decolonial, ativismo comunitário, mudanças climáticas

Autoras

Naggila Taissa Silva Frota

Arquiteta Urbanista - Universidade Federal do Ceará (UFC/2013), mestra (PP-GAU + D - UFC/2018) e atualmente doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design (PPGAU+D / UFC). É professora do curso de graduação de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Fortaleza. Participou da elaboração de instrumentos de ordenamento territorial, como Planos Diretores, Planos de Mobilidade e Planos Integrados de Regularização Fundiária. Atua principalmente nas temáticas de planejamento insurgente, mudanças climáticas, assentamentos precários e geoprocessamento. <http://lattes.cnpq.br/2876737701696407>

Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas

Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC 1999), mestrado em Planejamento Urbano e Regional na University of Illinois at Urbana Champaign (UIUC 2003) onde estudou a relação entre o planejamento urbano e as desigualdades sócio-espaciais. Possui doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UNB 2009) onde pesquisou a tensão entre o Direito à Cidade e a crescente incidência da Regulação Ambiental no território urbano brasileiro. Foi professora visitante na Universidade de Illinois em Urbana Champaign (UIUC 2015/2016). É bolsista de produtividade 2 do CNPQ, integra o corpo docente permanente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design da UFC, e é editora associada sênior do periódico Journal of Urban Affairs. Desenvolve projetos de pesquisa sobre planejamento popular, direito à cidade, a questão ambiental urbana com foco nos assentamentos precários, valendo-se de métodos qualitativos (análise documental, observação participante, pesquisa-ação) e quantitativos (SIG e Modelagem da Informação). Sua atividade científica possui caráter extensionista, dialogando com os diversos agentes produtores do espaço, em particular os moradores de assentamentos populares. <http://lattes.cnpq.br/8637270011810347>

Resumen

En las metrópolis del Sur Global, la adopción de conceptos foráneos de desarrollo urbano ha legitimado la protección de los intereses de las élites locales en la producción del espacio, sometiendo a los grupos vulnerables a condiciones socioambientales adversas. En Brasil, las prácticas urbanísticas hegemónicas/colonizadas han producido un modelo de urbanización precaria e informal asociado a la degradación de los ecosistemas situados en la periferia de las grandes ciudades. Este artículo pretende reflexionar sobre las prácticas de los movimientos de base que cuestionan la racionalidad dominante de la planificación moderna y tecnocrática. El caso de Lagoa da Viúva en Fortaleza, Ceará, demuestra el papel del activismo comunitario a la hora de informar un paradigma de planificación renovado que responda a las demandas socioambientales de la población subalternizada. Las iniciativas de extensión universitaria llevadas a cabo con residentes políticamente movilizados permitieron acceder a documentos y testimonios sobre las disputas en torno a una de las últimas áreas ambientalmente relevantes que aún se conservan en la periferia. La investigación-acción prolongada en un territorio invisible permitió identificar las estrategias de los grupos subalternos para cuestionar la racionalidad dominante del urbanismo, que insiste en alejar al ser humano de la naturaleza. Esta ampliación del imaginario sobre el futuro de los territorios periféricos, ligada a episodios de desobediencia epistémica, es lo que llamamos descolonización de la planificación.

Palabras clave: planificación descolonial, activismo comunitario, cambio climático

Résumé

Dans les métropoles du Sud, l'adoption de concepts étrangers de développement urbain a légitimé la protection des intérêts des élites locales dans la production de l'espace, soumettant les groupes vulnérables à des conditions socio-environnementales défavorables. Au Brésil, les pratiques hégémoniques/colonisées de planification urbaine ont produit un modèle d'urbanisation précaire et informelle associé à la dégradation des écosystèmes situés à la périphérie des grandes villes. Cet article vise à réfléchir sur les pratiques des mouvements populaires qui remettent en question la rationalité dominante de la planification moderne et technocratique. Le cas de Lagoa da Viúva à Fortaleza, Ceará, démontre le rôle de l'activisme communautaire dans l'élaboration d'un nouveau paradigme de planification qui répond aux demandes socio-environnementales de la population subalternisée. Des initiatives de vulgarisation universitaire menées avec des résidents politiquement mobilisés ont permis d'accéder à des documents et à des témoignages sur les litiges entourant l'une des dernières zones écologiquement pertinentes encore préservées dans la périphérie. Une recherche-action prolongée sur un territoire invisible a permis d'identifier les stratégies des groupes subalternes pour remettre en cause la rationalité dominante de l'urbanisme, qui insiste sur la distanciation entre l'homme et la nature. Cet élargissement de l'imaginaire sur le devenir des territoires périphériques, lié à des épisodes de désobéissance épistémique, est ce que nous appelons la décolonisation de l'aménagement.

Abstract

In the metropolises of the Global South, the adoption of foreign concepts of urban development has legitimized the protection of the interests of local elites in the production of space, subjecting vulnerable groups to adverse socio-environmental conditions. In Brazil, hegemonic/colonized urban planning practices have produced a model of precarious and informal urbanization associated with the degradation of ecosystems located on the outskirts of large cities. This article aims to reflect on the practices of grassroots movements that question the dominant rationality of modern, technocratic planning. The case of Lagoa da Viúva in Fortaleza, Ceará, demonstrates the role of community activism in informing a renewed planning paradigm that responds to the socio-environmental demands of the subalternized population. University extension initiatives carried out with politically mobilized residents enabled access to documents and testimonies about the disputes surrounding one of the last environmentally relevant areas still preserved in the periphery. Prolonged action research in an invisible territory allowed us to identify the strategies of subalternized groups to question the dominant rationality of urban planning, which insists on distancing human beings from nature. This broadening of the imagination about the future of peripheral territories, linked to episodes of epistemic disobedience, is what we call the decolonization of planning.

Key Words: decolonial planning, community activism, climate change



Mots clés: planification décoloniale, activisme communautaire, changement climatique

Introdução

Nas principais metrópoles do Sul Global, a importação de noções estrangeiras de desenvolvimento tem contribuído para legitimar políticas de proteção dos interesses das elites locais nas disputas sobre o território. O planejamento urbano possui um papel importante nesse processo de produção e reprodução das desigualdades territoriais ao definir como informal/irregular os padrões de ocupação urbana dos grupos vulneráveis. Estes, embora ocupem a maior parte do território urbano das metrópoles na periferia do capitalismo, são definidos pelo paradigma dominante como espaços marginais/excepcionais, reforçando a condição de vulnerabilidade de grupos subalternos (Roy, 2009; Maricato, 2017). Esta condição possui raízes no período colonial.

Neste trabalho, temos o objetivo principal de refletir sobre as práticas de movimentos de base que conseguiram descolonizar o planejamento ao questionar a racionalidade dominante do planejamento moderno e tecnocrático.

Discutimos o papel do ativismo comunitário em informar um paradigma de planejamento renovado, capaz de responder às demandas socioambientais da população subalternizada

No Brasil, o período colonial, que data dos anos 1500 a 1822, foi marcado pela livre distribuição de terras da Coroa entre a nobreza portuguesa, as conhecidas sesmarias, resultando em uma acentuada concentração fundiária. Mais tarde, em 1850, ao ser instituída a Lei de Terras em um contexto de proibição do tráfico de escravos, a estrutura fundiária tornou-se ainda mais excludente, legitimando os grandes latifúndios e estabelecendo a compra como principal modo de obtenção de terra, dificultando o acesso aos trabalhadores rurais recém-libertos (Holston, 2008). Entre 1950 e 1980 ocorre um intenso processo migratório do campo para cidade, motivado principalmente pelas más condições de vida no campo. Atualmente, o acesso à terra urbanizada permanece um enorme desafio para a grande maioria. A reboque do processo acelerado de urbanização, os planos diretores municipais adotaram regras de parcelamento, uso e ocupação do solo inspirados nas cidades-modelos do Norte Global, que resultam inacessíveis para a realidade econômica do migrante recém-chegado nas metrópoles em busca de oportunidades.

Outra característica da versão brasileira do planejamento tecnocrático/colonial é a facilitação de um modelo de cidade que recorre à anulação do modo de vida das populações tradicionais e sua relação mais orgânica com o quadro natural (Centro de Estudos Latino-americanos, 2020). Cada vez mais flexíveis, as regulações urbanas são lenientes com a supressão da vegetação, a impermeabilização do solo e a ausência de saneamento básico, acentuando problemas de enchentes e poluição da água. Assim como ocorre em várias metrópoles periféricas (Davis et al., 2007), no Brasil, a combinação de modelos de desenvolvimento importados contribuiu para o surgimento de assentamentos precários localizados em áreas ambientalmente frágeis, frequentemente colocando em risco a preservação de ecossistemas sensíveis localizados na periferia urbana (Cardoso, Miranda e Rocha, 2017).

Existem, entretanto, diferentes graus de valorização do quadro natural no interior das metrópoles. Quando as áreas ambientais ocupadas por população de baixa renda localizam-se em regiões centrais, é comum que iniciativas estatais utilizem a justificativa da iminência do risco e da necessidade de preservação ambiental para realizar remoções, muitas vezes violentas. Estas têm como plano de fundo um ideal higienista de eliminação dos moradores pobres para garantir a valorização dos terrenos. Por outro lado, quando se trata de áreas periféricas, os agentes estatais adotam uma atitude de desresponsabilização em relação à garantia do equilíbrio socio-

ambiental e prevenção de riscos (Moretti e Amore, 2019). Maricato (2001) refere-se a um processo de proteção ambiental seletivo, no qual o que define a atenção do Estado para a conservação ambiental não é o nível de fragilidade do ecossistema, mas seu grau de valorização imobiliária. Diante desse cenário, as áreas verdes localizadas na periferia estão paulatinamente sendo substituídas por moradias precárias ou conjuntos habitacionais, revelando a baixa importância da função ambiental neste contexto. A proteção das poucas áreas ambientais remanescentes nas periferias das grandes cidades depende, em grande medida, da ação dos moradores politicamente organizados.

Diante dos desafios climáticos enfrentados pelas periferias do Sul Global, esse cenário se agrava. Moradores de espaços frágeis nas periferias são mais vulneráveis aos eventos climáticos extremos (Cortese, Sotto e Aumont, 2023). Estes territórios sobrepõem diferentes vulnerabilidades, como a desigualdade social, o agravamento de questões de saúde e as diferenças de gênero (Huq & Shahfique, 2023). Portanto, a existência de ambientes naturais preservados que possam amenizar ondas de calor, enchentes, deslizamentos, dentre outras consequências do aquecimento global, é fundamental.

Neste trabalho, temos o objetivo principal de refletir sobre as práticas de movimentos de base que conseguiram descolonizar o planejamento ao questionar a racionalidade dominante do planejamento moderno e tecnocrático. Discutimos o papel do ativismo comunitário em informar um paradigma de planejamento renovado, capaz de responder às demandas socioambientais da população subalternizada.

Por meio da abordagem da pesquisa-ação junto ao movimento Bons Jardins Urbanos em Fortaleza, vamos descrever o caso da luta pela proteção da Lagoa da Viúva, uma das últimas áreas verdes do Grande Bom Jardim (GBJ), um território periférico localizado em Fortaleza-Ceará-Brasil. Desde 2014 até os dias atuais, as autoras ocuparam papéis de professora universitária e pesquisadora, apoiando a causa em momentos distintos da luta, conduzindo iniciativas de extensão universitária. A partir do ponto de vista acadêmico, estabeleceram um intenso contato com grupos ambientalistas atuantes na área de estudo no sentido de oferecer suporte técnico às demandas socioambientais apontadas pelos moradores. A partir do método de observação participante, foi possível realizar a coleta de dados in loco por intermédio de registros audiovisuais, sistematizados posteriormente por meio de transcrição de áudios e análise de fotografias. De forma complementar, as autoras também realizaram a análise documental da legislação urbanística e ambiental vigente na área.

A luta pela proteção ambiental na periferia de Fortaleza

Nos anos 1960, a migração campo-cidade no Ceará intensificou-se, trazendo para Fortaleza um grande contingente populacional em um curto período, motivado pelos frequentes períodos de seca no interior do Estado. Assim como em muitas outras metrópoles do Sul Global (Davis, Maricato, Cypriano e Medina, 2007), a cidade não estava preparada para fornecer a infraestrutura necessária aos novos moradores, resultando em uma expansão urbana descontrolada. Inúmeras famílias de baixa renda se estabeleceram em terrenos disponíveis nas áreas mais distantes dos centros urbanos (Costa, 2009). As áreas ambientalmente frágeis, como as margens de recursos hídricos, foram alvos desse tipo de ocupação, pois eram terrenos vazios doados ao poder público para construção de praças e áreas de lazer, mas que não foram efetivamente utilizados para esse fim.

O Rio Maranguapinho, que possui a segunda maior bacia hidrográfica de Fortaleza, foi gravemente afetado por essa dinâmica. Situado na região oeste da cidade, suas margens estão ocupadas por assentamentos precários. Em 2012, havia 314 desses assentamentos ao longo do rio, de um total de 841 em toda a cidade (Fortaleza, 2012), ocupados por populações de baixa renda e afrodescendentes. A bacia do Rio Maranguapinho torna-se assim, um espaço com características ambientais únicas por sua alta vulnerabilidade a eventos climáticos extremos (Freitas, 2014).

Na região do GBJ, na periferia sudoeste de Fortaleza, vários grupos locais têm trabalhado para preservar o Rio Maranguapinho há pelo menos 15 anos. Por meio da Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (Rede DLIS), esses grupos se organizam e planejam ações comunitárias. Em 2012, durante um monitoramento da urbanização de assentamentos precários do Rio Maranguapinho pelo Governo do Estado, alguns moradores descobriram uma grande área verde preservada, a Lagoa da Viúva. Esse foi o primeiro reconhecimento desse espaço como digno de preservação pelos moradores ligados à Rede DLIS.

A Lagoa da Viúva, um complexo ecológico com dois corpos d'água, desempenha funções cruciais para o equilíbrio ambiental, como a absorção da água da chuva, o habitat de espécies nativas da fauna e flora e a regulação do microclima. Sua área circundante abriga uma extensa plantação de carnaúbas, uma espécie vegetal típica de áreas alagáveis e protegida pela legislação estadual como símbolo do Ceará.

Além de sua importância ecológica, o ecossistema desempenha um papel vital na sociabilidade local. Em 2018, foi construído nas margens da Lagoa um dos poucos espaços de lazer e recreação para uma população de mais de 120.000 pessoas, predominantemente de baixa renda. Famílias se reúnem nos fins de semana para desfrutar da lagoa, fazer piqueniques e aproveitar o ambiente. Grupos de jovens realizam encontros e festas, enquanto pescadores são comuns durante a semana. O espaço abriga também manifestações culturais como missas campais e a marcha do Grito dos Excluídos. A Lagoa da Viúva é um local coletivamente construído que promove a sociabilidade entre os moradores, sendo valorizado por seu significado simbólico, cultural e ecológico para a comunidade.

Apesar de sua importância ambiental e social, a perda de vegetação e a construção de novas edificações avança rapidamente nas proximidades das duas lagoas. Nos últimos 15 anos, essa região foi ocupada por famílias de baixa renda, que construíram suas moradias por conta própria. Entre 2009 e 2017, observa-se a transformação da paisagem inicialmente caracterizada por solo permeável e poucas edificações, sendo substituída por novas vias e loteamentos cada vez mais próximos das águas.

A intensificação da ocupação no entorno da Lagoa da Viúva ocorre sem seguir a regulamentação estatal, apesar de a área ser designada como Zona Especial Ambiental (ZEA) pelo Plano Diretor Participativo de Fortaleza de 2009. O objetivo desse zoneamento é manter áreas de preservação e oferecer espaços públicos sem afetar o bioma (Fortaleza, 2009). No entanto, em 2012, o Governo do Estado do Ceará construiu o Conjunto Habitacional Miguel Arraes com 1.212 unidades habitacionais na ZEA. Além disso, os parâmetros da ZEA foram flexibilizados para a construção de um condomínio horizontal, contrariando as diretrizes do Plano Diretor. Essas intervenções não foram acompanhadas de melhorias urbanísticas para preservar o ecossistema local. Em 2018, o perímetro da ZEA foi reduzido para legalizar as alterações no zoneamento, sem consulta à população. Esses eventos revelam uma visão desarticulada do planejamento urbano e ambiental, ainda comum nas periferias das cidades brasileiras.

A luta pela criação do Parque Urbano da Lagoa da Viúva

Diante desse quadro, a Comissão de Meio Ambiente da Rede DLIS realizou diversas atividades em prol da proteção da Lagoa da Viúva. Criada em 2012 durante o planejamento anual da Rede DLIS, a Comissão se tornou um instrumento para monitorar a evolução dessa área por meio de várias tecnologias sociais. Essa iniciativa reflete o reconhecimento da relevância da pauta ambiental no contexto do GBJ (Almeida e Freitas, 2021).

A Comissão dedicou-se a pressionar o poder público por ações que protegessem as áreas ecologicamente relevantes. Isso incluiu participação ativa em audiências públicas sobre proteção ambiental em Fortaleza e a solicitação de reuniões com representantes do governo. Paralelamente, a Comissão promoveu uma série de iniciativas para envolver os moradores na luta. Realizou passeios ciclísticos e trilhas ecológicas, para reconhecer e valorizar a paisagem, além de ações de recuperação ambiental, como reflorestamento. Oficinas de educação ambiental também foram realizadas nas escolas da região durante o período de existência da Comissão.

Em 2014, a Prefeitura de Fortaleza lançou o Decreto Nº13.286/2014 para criar 11 parques ao redor das lagoas da cidade, mas a Lagoa da Viúva não foi incluída, confirmado a invisibilidade sistemática da região, historicamente negligenciada em termos de investimentos e políticas públicas. Após esse episódio, os movimentos socioambientais intensificaram esforços pela preservação ambiental das margens da Lagoa e pela sua inclusão no Sistema Municipal de Áreas Verdes e na Política Ambiental de Fortaleza.

Inicialmente, eles demandavam a delimitação do parque, abrangendo o entorno das duas lagoas, totalizando quase 30 hectares, incluindo uma área de carnaubal com espécies vegetais típicas da caatinga. Após uma articulação com outros movimentos, as áreas vegetadas conhecidas como o Pulmão Verde do Siqueira também foram incluídas na reivindicação, aumentando para 40 hectares.

As práticas de pressão política e articulação comunitária renderam frutos e, após quase dois anos de intensa mobilização, a região foi oficialmente reconhecida pela Prefeitura de Fortaleza. O Decreto Nº 13.867/2015 criou o Parque Urbano da Lagoa da Viúva (PULV), que está dividido em 4 trechos, apresentando duas lagoas e uma diversidade de espécies da fauna e flora locais.

A conquista da oficialização do Parque impulsionou a formação do coletivo Bons Jardins Urbanos, um grupo membro da Rede DLIS, que está envolvido em questões ambientais desde 2018. Este coletivo é formado por moradores, lideranças comunitárias do GBJ, arquitetos, urbanistas, geógrafos, estudantes e outros, composto por 10 a 30 pessoas, entre jovens e adultos, que se conheceram por meio das atividades de articulação da Rede DLIS. O Bons Jardins Urbanos tem como princípio assegurar o Direito à Cidade em conjunto com a efetivação do Direito ao Meio Ambiente, reconhecendo como essencial o acesso aos espaços livres e o equilíbrio entre o ambiente natural e o construído.

Organizações externas também contribuíram para fortalecer a luta pela preservação da Lagoa da Viúva, o Programa de Educação Tutorial do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, por exemplo, elaborou um material de análise da situação da Lagoa da Viúva que serviu de subsídio para a Rede DLIS negociar com órgãos públicos municipais.

Em 2016, uma nova ocupação habitacional surgiu dentro do perímetro do Parque, informalmente autorizada por um candidato a vereador em troca de votos. Além de ser incompatível com a função ambiental, essa ocupação resultou no desmatamento de aproximadamente 7 hectares. Ao perceber essa nova ameaça à integridade do Parque, os futuros membros do coletivo Bons Jardins Urbanos decidiram agir em duas frentes: primeiro, denunciar a omissão da municipalidade na fiscalização da área junto ao Ministério Público; segundo, dialogar com os moradores prestes a construir suas casas, reconhecendo a necessidade de moradia das famílias, mas sugerindo que se integrassem a outra ocupação em um terreno vizinho, destinado à construção de um conjunto habitacional de interesse social.

Após a saída das famílias do Parque, o grupo ambientalista promoveu o reflorestamento da área. Esta prática recebeu o Prêmio Gentileza Urbana em 2016, conferido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, que a descreveu como uma iniciativa louvável para melhorar a vida dos moradores locais. Seus esforços mobilizaram mais de 50 pessoas, entre moradores e ambientalistas.

O diálogo com o poder público sobre o projeto de urbanização do PULV

Como resultados dos esforços dos moradores, teve início, em 2018, o processo de elaboração do projeto de urbanização do PULV, com a realização de duas oficinas participativas conduzidas pela Prefeitura de Fortaleza. Os participantes apresentaram propostas que abordam tanto o planejamento e gestão quanto a infraestrutura, representando diversos grupos que já atuavam no território. Muitos foram convidados por meio da Rede DLIS e do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, e posteriormente esses participantes formaram o coletivo Bons Jardins Urbanos.

Durante essas oficinas, os técnicos da Prefeitura demonstraram despreparo. Os materiais gráficos apresentados não incluíam os 4 trechos do Parque e não mostravam pontos de referência, como os conjuntos habitacionais próximos. Quando os moradores levantaram dúvidas sobre a identificação dos trechos, os técnicos responderam de forma equivocada, exigindo a intervenção de representantes da Universidade para esclarecer. Esse tipo

de descuido também foi observado em outras situações, como na aprovação do Decreto sem incluir o mapa com a delimitação espacial do Parque.

No que diz respeito ao planejamento e gestão, o grupo propôs a criação de um equipamento público, o Observatório do Pulmão Verde do Siqueira, para atividades de educação ambiental e reuniões de grupos ambientalistas. Destacaram a importância de sensibilizar a população local sobre a relevância ambiental do Parque. Propuseram atividades com os moradores, principalmente por meio de parcerias com escolas locais e a elaboração de editais sobre meio ambiente para garantir mais recursos. Abordaram também as ocupações irregulares, sugerindo a retirada das famílias com garantia de habitação digna. Sugeriram ampliar a divulgação do Parque com placas informativas e a gestão compartilhada entre moradores e Prefeitura. Discutiram ainda o potencial futuro de uso do Parque e a valorização dos terrenos próximos. Em relação à infraestrutura, houve consenso sobre a urgência da delimitação do Parque com cerca, visando definir fisicamente suas áreas de proteção e iniciar sua divulgação. As diretrizes incluem a criação de passeios para pedestres, sistema de esgotamento sanitário e instalação de mobiliário urbano para promover a segurança e permanência no espaço, como postes e bancos. Os moradores solicitaram técnicas construtivas sustentáveis, diversificação das áreas de lazer e melhorias na qualidade dos percursos para pedestres e ciclistas. Exigiram também maior preocupação com a manutenção da fauna e flora, e monitoramento dos impactos ambientais.

As exigências dos moradores em relação aos investimentos para a construção do Parque resultam do engajamento com as atividades da Rede DLIS e outros movimentos socioambientais. Esses grupos são reconhecidos por sua organização interna, metodologia de discussão e realização de atividades de monitoramento e denúncia. Compostos por moradores locais e assessorias técnicas, eles têm como principal pauta a defesa do Parque como área de lazer, dada a escassez de equipamentos desse tipo na região. Além disso, se articulam e recebem apoio de outras organizações, como o Centro Cultural do Bom Jardim e estabelecem parcerias com universidades (Frota e Freitas, 2019).

Caravanas Ambientais e iniciativas posteriores à criação do PULV

Após essa conquista, os grupos ambientalistas permanecem com suas ações de monitoramento popular, que foram denominadas mais recentemente como Caravana Ambiental. A Rede DLIS realiza caravanas desde os anos 2000 em temáticas como Assistência Social, Cultura e Saneamento Ambiental. Esta é uma tecnologia social que

possui um componente espacial intrínseco e, na prática, se configura como um passeio pelo território em busca de registrar evidências e atualizar as percepções sobre determinada questão (Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, n.d.).

A primeira Caravana Ambiental aconteceu em 2021, com apoio do edital de Iniciativas Comunitárias, e visitou as áreas verdes da Granja Lisboa, um trecho urbanizado do rio Maranguapinho e finalizou na Lagoa da Viúva. Já em 2022, ocorreu a segunda Caravana Ambiental com apoio do Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, dessa vez foi feita a visita apenas à Lagoa com um grupo de pessoas de outros estados, acompanhado de um momento lúdico de arte-ativismo.

Segundo uma moradora, a Caravana Ambiental desempenha a função de turismo ambiental, permitindo que muitos moradores descubram pontos ambientalmente relevantes no GBJ. Essas caravanas também ajudam a superar as barreiras impostas pela violência urbana, facilitando a circulação segura dos moradores entre diferentes áreas dominadas por facções criminosas (Paiva, 2022). Ao reunir grupos de moradores de diferentes pontos, a Caravana proporciona uma experiência segura de explorar novos locais. Além disso, é um momento de troca de saberes, onde moradores mais antigos relatam a história das paisagens naturais perdidas ao longo dos anos. As Caravanas também são oportunidades para discutir estratégias para o futuro, refletindo sobre a situação das áreas verdes durante as visitas. De maneira geral, a Caravana Ambiental é um exemplo de atividade de educação ambiental que valoriza as áreas verdes aos olhos dos moradores.

Desobediência Epistêmica como um caminho para a construção de um Planejamento Decolonial

O GBJ é um território localizado na periferia de uma metrópole periférica que sofre as consequências de um crescimento urbano produzido por um modelo de planejamento colonizado. A primeira faceta desse tipo de planejamento é percebida na condição de degradação dos recursos naturais, visto que a ocupação do território ocorreu de forma espontânea e sem a presença do poder público na provisão de infraestrutura. Estas condições resultaram no desrespeito aos recursos naturais por meio da impermeabilização do solo, da artificialização de rios e do desmatamento da vegetação nativa. Este modelo hegemônico de planejamento revela uma visão ocidentalizada de natureza na qual o ser humano é visto de forma desvinculada do espaço natural.

O GBJ é uma área estigmatizada, habitada por uma população majoritariamente negra e pobre que está em uma posição subalterna de acordo com a Matriz Colonial de Poder (Mignolo, 2003). Portanto, diante das instituições ocidentalizadas, o território não é priorizado na alocação de recursos públicos para melhorias urbanísticas e proteção dos recursos naturais. Além da falta de investimentos, a questão do controle urbano também fica em segundo plano, e as regras de proteção das áreas comuns têm sido facilmente desconsideradas. Essas evidências reafirmam a segunda faceta do planejamento colonizado ao excluir as áreas periféricas e sua população do processo decisório sobre a construção da cidade.

Este modelo de planejamento, com bases no pensamento colonial, é responsável pela paulatina desconexão entre o ambiente natural e construído. Krenak, (2019, p. 11) afirma que os “únicos núcleos que consideram que ainda precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia, ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes - a sub-humanidade.”

Apesar das diversas ações vinculadas ao planejamento colonizado, o caso observado revela outras iniciativas que questionam essa abordagem de planejamento. Vamos nos concentrar em 3 aspectos relevantes que constituem o panorama epistemológico dos moradores do GBJ: (1) o conhecimento acadêmico, (2) as práticas de extensão combinadas com assessoria técnica e (3) o conhecimento popular. À medida que esses 3 componentes interagem no contexto do Sul Global, é possível elaborar uma matriz epistêmica renovada.

A combinação desses elementos é atravessada pelo conceito de pluriversalidade, que parte da ideia de que todas as opções rivais devem se aceitar e exige *“que nos coloquemos, enquanto pessoas, Estados, instituições, no lugar onde nenhum ser humano tem o direito de dominar e se impor a outro ser humano”* (Mignolo, 2017, p. 14). Dessa forma, os grupos que compõem o Bons Jardins Urbanos buscam inventar uma prática de planejamento urbano que escuta e considera diferentes vozes. E quando essa condição não é atendida, esse mesmo coletivo questiona as ações de planejamento colonizado. Nos episódios descritos anteriormente, é possível identificar aquilo que Mignolo (2009) chama de desobediência epistêmica e que emerge a partir do confronto entre o conhecimento hegemônico, vinculado ao processo de planejamento colonizado, e o conhecimento proveniente da nova matriz epistêmica, formado pela tríade supracitada.

A desobediência epistêmica ocorre à medida que a Matriz Colonial de Poder é questionada e o pensamento de-

colonial surge com a construção de sujeitos, conhecimentos e instituições decoloniais. Segundo Mignolo (2009, p. 28) “*a tarefa do pensamento decolonial e da implementação da opção decolonial no século XXI começa pela ruptura epistêmica: a partir de atos de desobediência epistêmica.*” As ações de planejamento concebidas a partir da nova matriz epistêmica no GBJ se aproximam do pensamento de fronteira, ou seja, é a partir da sequência de desobediências epistêmicas apresentadas que é possível combinar o saber técnico e o saber popular a fim de elaborar opções de futuro possíveis a partir de outras formas de planejamento urbano.

A primeira ação de desobediência epistêmica observada em relação à proteção do PULV está atrelada à condição basilar dos movimentos socioambientais atuantes na região de enxergarem aquela área verde como digna de preservação ambiental. Esse é um forte questionamento acerca da posição subalterna que a população periférica é colocada dentro do planejamento colonizado. Freire (1970) destaca que a tomada de consciência dos grupos oprimidos passa por um processo de conscientização da sua própria opressão e, em seguida, da compreensão de que é possível mudar a condição de opressão. Assim, ao invés de aceitar como natural um modelo de desenvolvimento que transforma os recursos hídricos em valas de recebimentos de dejetos humanos, margeadas por casas com baixas condições de habitabilidade, os moradores investiram na construção de uma visão alternativa, onde as boas condições de habitação passam necessariamente pelo respeito aos ecossistemas frágeis.

O despreparo dos técnicos da municipalidade demonstra que o poder público trata os moradores como cidadãos de segunda classe não merecedores de um ambiente preservado, bem como reforça a ideia de desvalorização das áreas verdes periféricas, considerando-as menos importantes de serem preservadas (Freitas, 2019). Esta postura, mais uma vez, coaduna com os princípios do planejamento colonizado.

A segunda ação de desobediência epistêmica vincula-se ao respeito ao diálogo com outros grupos comunitários, ou seja, a uma atitude colaborativa e dialógica. No processo de negociação com o poder público para a delimitação oficial da área a ser protegida, houve tensões entre os integrantes da Rede DLIS que tinham conquistado alguma visibilidade política naquele momento e o grupo vinculado à luta histórica pelo Pulmão Verde do Siqueira. Cientes da atitude recorrente do poder público de adotar uma estratégia de “dividir para conquistar”, os dois grupos buscaram superar suas diferenças internas colaborando entre si em prol de um interesse convergente: a proteção do ambiente natural. Esta atitude produziu uma coalização de forças para a ampliação do perímetro do Parque inicialmente proposto. Mais uma vez, o conceito

de pluriversalidade se mostra relevante, visto que existe respeito e tolerância às diferentes ideias defendidas.

A terceira evidência de desobediência epistêmica em relação ao projeto do Parque fica clara quando ocorre uma exigência, por parte dos movimentos socioambientais, de que o direito à cidade e o direito ao meio ambiente possam coexistir de forma integrada. No planejamento colonizado, essa premissa raramente se realiza, visto que há divergências das agendas urbanas e ambientais na escala nacional. Na escala do PULV, mesmo com a pressão por moradia e o reconhecimento dos movimentos socioambientais da necessidade de destinar terras apropriadas para a função habitacional, o Parque cumpre sua função ambiental que serve a coletividade.

O senso de coletividade também é reforçado quando os movimentos socioambientais externam interesse em divulgar a existência da Lagoa da Viúva para outros grupos. Eles partem da ideia de que a área verde não é exclusiva de um grupo de pessoas, mas deve ser vivenciada de forma responsável dentro dos limites que garantem sua preservação. Essa postura se opõe, mais uma vez, ao planejamento colonizado.

A quarta ação de desobediência epistêmica diz respeito à inconformidade dos grupos ambientalistas com o fato da Lagoa da Viúva ter sido desconsiderada no Decreto inicial de criação dos parques urbanos. A partir de mais esse episódio de invisibilização, esses grupos passaram a exigir o reconhecimento da Lagoa da Viúva como uma área relevante e suficiente para ser considerada um parque urbano. Essa ação culmina na oficialização real do PULV e demarca um momento de vitória crucial na sua trajetória de proteção. O grande avanço está no fato de que o modelo de urbanização defendido pelos moradores é finalmente reconhecido em detrimento dos princípios do planejamento colonizado.

Já em relação à concepção do projeto urbanístico do PULV, podemos citar uma quinta desobediência epistêmica vinculada à exigência dos movimentos socioambientais acerca da realização de um programa de educação ambiental eficiente. Eles compreendem que não adianta executar o projeto urbanístico, como é colocado inicialmente pelo planejamento colonizado, mas que é necessário sensibilizar os moradores para manter e cuidar daquele espaço.

A sexta desobediência epistêmica está na proposição de uma gestão compartilhada das atividades que envolvem o Parque. Enxergamos aí o questionamento à hegemonia do poder público em decidir de forma arbitrária sobre um território verdadeiramente importante para a população. Esta ação demonstra o interesse dos grupos que usufruem

dos benefícios de uma área verde de se envolver no seu cuidado e na sua melhoria.

Considerações Finais

Freire (1970) traz algumas reflexões que corroboram para a leitura das práticas políticas observadas como uma semente de criação de novas epistemologias de planejamento urbano mais atentas aos interesses e demandas da população. Seu método de alfabetização, a Pedagogia do Oprimido, consiste na concepção libertadora de formas de aprendizado junto aos oprimidos, evitando relações de assistencialismo. Durante o processo de aprendizado, os grupos oprimidos utilizam suas experiências cotidianas como matéria-prima para iniciar o contato com as palavras. O objetivo não é que o grupo oprimido apenas repita palavras, mas que possa desenvolver a capacidade de pensamento crítico. De forma ampla, a Pedagogia do Oprimido conduz de forma coletiva ao alcance da consciência do mundo e do que o rodeia.

O método Paulo Freire não ensina a repetir palavras, não se restringe a desenvolver a capacidade de pensá-las segundo as exigências lógicas do discurso abstrato; simplesmente coloca o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra (Freire, 1970, p.7).

A interação entre conhecimento acadêmico, práticas extensionistas e conhecimento popular tem uma tendência a alcançar a consciência de mundo colocada por Freire (1970). Esta é uma qualidade almejada dentro da construção do planejamento decolonial e que contribui para um formato de ensino no qual o aprendizado não é feito exclusivamente na sala de aula, mas também não é feito exclusivamente dentro dos territórios. É um formato que se propõe a uma permanente transformação atrelada aos questionamentos da realidade. É um formato horizontal, permeado por constante diálogo e que busca integrar a opinião do outro.

Assim como no método de Paulo Freire, o papel do conhecimento técnico, no contexto de preservação da Lagoa da Viúva, foi munir os moradores de um vocabulário capaz de empoderá-los para as negociações com a institucionalidade. Os grupos universitários, de pesquisa e de assessoria técnica envolvidos nesse processo contribuem para alimentar e fortalecer as desobediências epistêmicas protagonizadas pelos movimentos socioambientais à medida que apresentam alternativas menos colonizadas em relação ao que é proposto pelo pensamento hegemônico representado aqui pela municipalidade.

Ao mesmo tempo que ocorre uma transformação nos movimentos socioambientais ao entrarem em contato com o conhecimento técnico, também ocorre uma transformação na universidade e nos pesquisadores à medida que se envolvem com as demandas reais vindas do território. É perceptível o quanto a formação dos planejadores urbanos que atuam localmente tem influenciado e moldado novos profissionais com visões menos colonizadas. Esta é uma das maiores contribuições que a universidade proporciona para a construção de novos futuros.

Percebemos que os grupos ambientalistas reagem de diversas formas ao que Mignolo (2003) chama de diferença colonial, ou seja, a diferença colonial é reconhecida a partir de uma perspectiva subalterna. E é nesse momento, guiados pela tomada de consciência, que ocorre a ruptura epistemológica e é possível construir um novo pensamento por meio das margens.

As diversas situações de desobediência epistêmica observadas podem ser lidas como práticas de planejamento decolonial. Nesse estudo de caso, mostramos que a interação da universidade com os movimentos socioambientais e com pesquisadores e assessores técnicos tem capacidade de transformar a rigidez das fronteiras epistêmicas e questionam o saber técnico como o único modelo de ciência válida. No caso estudado, a interação da universidade com os movimentos socioambientais tem a capacidade de construir novos sujeitos, conhecimentos e instituições decoloniais, retirando-os da posição subalterna, transformando a posição de controle sobre o conhecimento.

Este estudo de caso demonstra que o modelo colonizado de planejamento de Fortaleza, colocado em prática com base em noções estrangeiras por intermédio das ações da Prefeitura, distancia o ser humano da natureza e leva à extinção as áreas verdes periféricas. Entretanto, este modelo perde força a partir das rupturas epistêmicas protagonizadas pelos grupos socioambientais, que atuam por meio de uma série de desobediências epistêmicas questionando as regras impostas. Em última instância, o caso revela a manifestação concreta da ruptura epistêmica a partir da proteção efetiva de áreas ambientais na periferia como uma forma de planejamento decolonial.

De maneira geral, as práticas políticas relatadas se aproximam do pensamento decolonial por revelar silêncios epistêmicos, por afirmar os direitos epistêmicos de quem é oprimido e, em última instância, por regenerar a vida em detrimento da produção e reprodução do capital (Mignolo, 2009). Isso se revela, por exemplo, no fato de que os moradores não aceitaram a omissão do poder público em fazer valer as restrições de uso e ocupação do solo do território ambientalmente sensível, cuja ocupação estava sendo justificada pelo aumento dos preços das

áreas mais estáveis. Para os moradores, a cidade a que eles têm direito inclui uma convivência orgânica com os elementos naturais, que estava sendo interrompida pelas práticas hegemônicas (colonizadas) de planejamento e gestão urbana.

O futuro reserva para a humanidade muitos desafios para mudar o modo de construir cidades. Para que possamos vislumbrar cenários possíveis é necessário cultivar a imaginação. Em outras palavras, “descolonizar a imaginação e as possibilidades de futuro” (Miraftab, 2016, p. 364) para os territórios urbanos periféricos. Ou ainda, como coloca Krenak (2019, p. 31), “Então, talvez o que a gente tenha que fazer é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos.”

As estratégias políticas dos moradores podem ser lidas como paraquedas prazerosos, pois o processo de concepção de alternativas tem criado novos sujeitos políticos empoderados, conscientes de seus direitos e de sua capacidade de dialogar com a institucionalidade em pé de igualdade. Concluímos que, para desenvolver soluções verdadeiramente eficazes, é crucial incorporar uma visão interdisciplinar que considere não apenas a ciência climática tradicional, mas também os saberes provenientes dos grupos vulnerabilizados.

Referências

- ALMEIDA, ADRIANO & FREITAS, ANA MARIA.** (EDS.). (2021). *Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim: Lutas e conquistas populares.*
- CARDOSO, A., MIRANDA, T., & ROCHA, P.** (2017). “Da degradação à elitização: processos de exclusão social e ambiental em Belém.” em Terceira Margem Amazônia, 2(7). <https://doi.org/10.36882/2525-4812.2017v2i7p%p>
- CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUZA (ED.).** (N.D.). Caravanas de Monitoramento Grande Bom Jardim.
- CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (DIRECTOR).** (2020, AUGUST 3). Aula 01—Curso sobre Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade. Acessado em 12 de março de 2023 pelo endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=CGYGssoasms>
- CORTESE, T., SOTTO, D., & AUMOND, J.** (2023). “Editorial: Mudanças climáticas e planejamento urbano: cenários e desafios.” em Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, 12(2), e25704. <https://doi.org/10.5585/2023.25704>
- COSTA, CLÉLIA.** (2009). “Planejamento e expansão urbana” em DE CIDADE A METRÓPOLE: (Trans) formações Urbanas em Fortaleza. Edições UFC. Disponível em: <http://www.ppggeografia.ufc.br/images/cidadeametropole.pdf>
- DAVIS, M., MARICATO, E., CYPRIANO, A., & MEDINA, B.** (2007). Planeta favela. Boitempo. Fortaleza, P. de. (2012).
- PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE FORTALEZA (PLHIS).** PREFEITURA DE FORTALEZA. ACESSADO EM 15 DE MAIO DE 2023. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=aecd6b5-2f2d-40f8-9d84-64596f84c894>
- FORTALEZA, PREFEITURA DE.** DECRETO N° 13.286. 14 JAN. 2014. Disponível em: https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/parques-urbanos/lagoa_da_parangaba_n_13_286_de_14012014.pdf
- FORTALEZA, PREFEITURA DE.** DECRETO N° 13.687. 09 NOV. 2015. Disponível em: https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/parques-urbanos/decreto_13.687_2015_-_parque_da_lagoa_da_viuva.pdf
- FREIRE, PAULO.** (1970). Pedagogia do Oprimido (26th ed.). Paz e Terra. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf
- FREITAS, CLARISSA.** (2014). “Ilegalidade e degradação em Fortaleza: Os riscos do conflito entre a agenda urbana e ambiental brasileira” em Revista Brasileira de Gestão Urbana, 6(1), 109–125.
- FREITAS, CLARISSA.** (2019). “Insurgent planning?: Insights from two decades of the Right to the City in Fortaleza, Brazil.” em City, 23(3), 285–305. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13604813.2019.1648030>
- FROTA, NAGGILA & FREITAS, CLARISSA** (2019, MAY). ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA O planejamento insurgente dos movimentos socioambientais de Fortaleza. Em XVIII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Natal. <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>
- HOLSTON, JAMES.** (2008). Insurgent citizenship: Disjunctions of democracy and modernity in Brazil. Princeton Univ. Press.
- HUQ, EFAD & SHAFIQUE, TANZIL.** (2023). “People move, policies don’t: Discursive partition against climate-impacted dwellers in urbanizing Bangladesh.” em Environment and Urbanization, 35(1), 91–100. <https://doi.org/10.1177/09562478221149863>
- KRENAK, AILTON.** (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras.
- MARICATO, ERMÍNIA.** (2001). “Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente.” em A. Faleiro, G. A. Viana, M. Silva, & N. Diniz (Eds.), *O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil* (1a. ed, pp. 215–232). Editora Fundação Perseu Abramo.
- MIGNOLO, WALTER.** (2003). Histórias locais/ projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Editora UFMG.
- MIGNOLO, WALTER.** (2009). “Epistemic Disobedience, Independent Thought and Decolonial Freedom.” Theory, Culture & Society, 26(7–8), 159–181. <https://doi.org/10.1177/0263276409349275>
- MIGNOLO, WALTER.** (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade (M. Oliveira, Trans.). Revista Brasileira de Ciências Sociais, 32(94), 01. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>
- MIRAFTAB, F.** (2016). Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 18(3), 363. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p363>
- MORETTI, RICARDO & AMORE, CAIO** (2019). Direito à legalidade e retomada do controle público sobre a produção da cidade. [Academico]. BRCIDADES. https://aa59985d-8abd-4c0b-b836-ee66741e80a4.filesusr.com/ugd/9fc67a_7871395be52422494391723e5c98133.pdf
- PAIVA, LUÍS FÁBIO** (2022). “O Domínio das Facções nas Periferias de Fortaleza-CE.” Revista TOMO, 40, 87. <https://doi.org/10.21669/tomo.vi40.16711>
- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, 14.020** (2009). Disponível em: https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/catalogodeservico/pdp_com.Alteracoes_da_lc_0108.pdf
- ROY, A.** (2009). Why India Cannot Plan Its Cities: Informality, Insurgence and the Idiom of Urbanization. Planning Theory, 8(1), 76-87. <https://doi.org/10.1177/1473095208099299>